****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,107, Ano 66 Quinta-feira**

**03 de Junho de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.280, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Dispõe sobre a retificação da grafia da Escola Municipal de Ensino Fundamental -

EMEF Prof. Mário Schenberg.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, à vista do que consta do processo administrativo nº 6011.2021/0000899-8,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica retificada a denominação da Escola Municipal de Primeiro Grau Prof. Mário Schönberg, constante no artigo 1º do Decreto nº 30.728, de 11 de dezembro de 1991, para constar como Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF Prof. Mário Schenberg.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 2 de junho de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

FERNANDO PADULA NOVAES, Secretário Municipal de Educação

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.281, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Retifica a localização da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jardim Sipramar a que se refere o Decreto nº 59.802, de 30 de setembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica retificada no inciso I do artigo 1º do Decreto nº 59.802, de 30 de setembro de 2020 a referência à localização da EMEF Jardim Sipramar para constar o número 1250 da Rua Júlio Gadda, no Distrito Grajaú, vinculada à Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 2 de junho de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

FERNANDO PADULA NOVAES, Secretário Municipal de Educação

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.282, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 90.858.061,90 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Cultura e da Secretaria Municipal de Educação,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 90.858.061,90 (noventa milhões e oitocentos e cinquenta e oito mil e sessenta e um reais e noventa centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de junho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.283, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 1.728.128,12 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades do Fundo Municipal de Assistência Social, da Subprefeitura Ipiranga e da Secretaria Municipal de Cultura,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 1.728.128,12 (um milhão e setecentos e vinte e oito mil e cento e vinte e oito reais e doze centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de junho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.284, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 182.064,34 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e do Fundo Municipal de Saúde,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 182.064,34 (cento e oitenta e dois mil e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de junho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.285, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 720.000,00 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de junho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.286, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 1.039.263,71 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 1.039.263,71 (um milhão e trinta e nove mil e duzentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de junho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.287, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 17.350.000,00 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades do Fundo Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Relações Internacionais,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 17.350.000,00 (dezessete milhões e trezentos e cinquenta mil reais), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de junho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de junho de 2021.

**DECRETO Nº 60.288, DE 2 DE JUNHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 3.029.039,03 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e da Secretaria Municipal de Cultura,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 3.029.039,03 (três milhões e vinte e nove mil e trinta e nove reais e três centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de junho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de junho de 2021.

**SECRETARIAS**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**DESPACHO RERRATIFICAÇÃO**

**SEI 8110.2021/0000340-0**

ASSUNTO: Processo seletivo público simplificado para profissionais para atuação como bolsista na Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti

- Núcleo Norte 1, tanto para contratação imediata quanto para cadastro reserva, no ambito do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego na Cidade de São Paulo. Edital. Possibilidade.

I - No uso das atribuições que me foram conferidas por lei, considerando os elementos constantes neste processo, em especial o Parecer da Assessoria Técnico-Jurídica desta Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura (SEI n. 044698230), o qual adoto como razão de decidir, e RETI- -RATIFICO o Edital publicado no DOC de 25/05/2021, pág. 95, como segue:

Onde se lê:

“....

Item 2.1; subitem "I- Coordenador Adjunto"

Informação AUSENTE sobre "exigência profissional mínima"

Item 2.1; subitem "VII-Orientador"

Experiência mínima de 3 (três) anos no Magistério em

Ensino Técnico.

Item 3.7

"a. realizar atividades de divulgação junto aos demandantes, apresentando as ofertas da instituição; b. promover atividades de sensibilização e integração entre os estudantes e equipes da Bolsa-Formação; c. articular ações de inclusão produtiva em parceria com as agências do Serviço Nacional de Emprego (SINE); d. prestar serviços de atendimento e apoio acadêmico às pessoas com deficiência; e. interagir com as áreas acadêmicas e organizar a oferta dos cursos em conformidade com o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; f. sugerir as ações de suporte tecnológico necessárias durante o processo de formação, prestando informações ao coordenador-adjunto; g. participar dos encontros de coordenação; h. prestar apoio técnico em atividades laboratoriais ou de campo; i. acompanhar as atividades e a frequência dos estudantes, atuando em conjunto com os demais profissionais para prevenir a evasão e aplicar estratégias que favoreçam a permanência; j. articular as ações de acompanhamento pedagógico, com os demais profissionais, relacionadas ao acesso, à permanência, ao êxito e à inserção Sócio profissional; k. cumprir e fazer cumprir as normas legais e regimentais; l. zelar pelos bens patrimoniais e solicitar manutenção ou substituição dos mesmos quando necessário"

Item 3.8

"a. interagir com as áreas acadêmicas e organizar a oferta dos cursos em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; b. coordenar a elaboração da proposta de implantação dos cursos, em articulação com as áreas acadêmicas, e sugerir as ações de suporte tecnológico necessárias durante o processo de formação, prestando informações ao coordenador-adjunto; c. coordenar o planejamento de ensino; d. assegurar a acessibilidade para a plena participação de pessoas com deficiência; e. apresentar ao coordenador-

-adjunto, ao final do curso ofertado, relatório das atividades e do desempenho dos estudantes; f. elaborar relatório sobre as atividades de ensino para encaminhar ao coordenador- -geral ao final de cada semestre; g. ao final do curso, adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, realizar análises e estudos sobre o desempenho do curso; h. fazer a articulação com a escola de ensino médio para que haja compatibilidade entre os projetos pedagógicos; i. exercer, quando couber, as atribuições de apoio às atividades acadêmicas e administrativas e de orientador; j. Acompanhar a avaliação, na adequação e no ajuste da metodologia de ensino adotada, assim como conduzir análises e estudos sobre os cursos ministrados; k. acompanhar os cursos, propiciando ambientes de aprendizagem adequados e mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma e objetivos de cada curso; l. prestar serviços de atendimento e apoio acadêmico às pessoas com deficiência; m. acompanhar as atividades e a frequência dos estudantes, atuando em conjunto com os demais profissionais para prevenir a evasão e aplicar estratégias que favoreçam a permanência; n. articular as ações de acompanhamento pedagógico relacionadas ao acesso, à permanência, ao êxito e à inserção sócio profissional; o. realizar atividadesde divulgação junto aos demandantes, apresentando as ofertas da instituição; p. cumprir e fazer cumprir as normas legais e regimentais; q. zelar pelos bens patrimoniais e solicitar manutenção ou substituição dos mesmos quando necessário."

..."

Leia-se:

"...

Item 2.1; subitem "I-Coordenador Adjunto",

Experiência mínima de 3 (três) anos no Magistério"

Item 2.1; subitem "VII-Orientador",

Experiência mínima de 3 (três) anos no Magistério"

Item 3.7

a. interagir com as áreas acadêmicas e organizar a oferta dos cursos em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, atuando em conjunto com os demais profissionais; b. coordenar a elaboração da proposta de implantação dos cursos, em articulação com as áreas acadêmicas e os supervisores de curso, e sugerir as ações de suporte tecnológico necessárias durante o processo de formação, prestando informações ao coordenador-adjunto; c. fazer a articulação com a escola de ensino médio para que haja compatibilidade entre os projetos pedagógicos, em conjunto com os supervisores de curso; d. coordenar o planejamento de ensino, junto aos supervisores de curso; e. realizar atividades de divulgação junto aos demandantes, apresentando as ofertas da instituição; f. apresentar ao coordenador-adjunto, ao final do curso ofertado, relatório das atividades e do desempenho dos estudantes; g. elaborar

relatório sobre as atividades de ensino para encaminhar ao coordenador- geral ao final de cada semestre; h. ao final do curso, adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, realizar análises e estudos sobre o desempenho do curso; i. exercer, quando couber, as atribuições de apoio às atividades acadêmicas e administrativas e de orientador; j. acompanhar a avaliação, na adequação e no ajuste da metodologia de ensino adotada, assim como conduzir análises e estudos sobre os cursos ministrados em conjunto com os supervisores de curso; k. acompanhar os cursos, atuando em conjunto com os demais profissionais, propiciando ambientes de aprendizagem adequados e mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma e objetivos de cada curso; l. prestar serviços de atendimento e apoio acadêmico às pessoas com deficiência; m. acompanhar as atividades e a frequência dos estudantes, atuando em conjunto com os demais profissionais para prevenir a evasão e aplicar estratégias que favoreçam a permanência; n. articular as ações de acompanhamento pedagógico relacionadas ao acesso, à permanência, ao êxito e à inserção socioprofissional; o. realizar atividades de divulgação junto aos demandantes, apresentando as ofertas da instituição; p. assegurar a acessibilidade para a plena participação de pessoas com deficiência; q. cumprir e fazer cumprir as normas legais e regimentais; r. zelar pelos bens patrimoniais e solicitar manutenção ou substituição dos mesmos quando necessário" Item 3.8 "a. interagir com as áreas acadêmicas e organizar a oferta dos cursos em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, atuando em conjunto com os demais profissionais; b. coordenar a elaboração da proposta de implantação dos cursos, em articulação com as áreas acadêmicas e o orientador, e sugerir as ações de suporte tecnológico necessárias durante o processo de formação, prestando informações ao coordenador-adjunto; c. fazer a articulação com a escola de ensino médio para que haja compatibilidade entre os projetos pedagógicos, em conjunto com o orientador; d. coordenar o planejamento de ensino, junto ao orientador; e. realizar atividades de divulgação junto aos demandantes, apresentando as ofertas da instituição; f. promover atividades de sensibilização e integração entre os estudantes e equipes da Bolsa-Formação; g. articular ações de inclusão produtiva em parceria com as agências do Serviço Nacional de Emprego (SINE); h. sugerir as ações de suporte tecnológico necessárias durante o processo de formação, prestando informações ao coordenador-adjunto; i. participar dos encontros de coordenação; j. prestar apoio técnico em atividades laboratoriais ou de campo; k. acompanhar as atividades e a frequência dos estudantes, atuando em conjunto com os demais profissionais para prevenir a evasão e aplicar

estratégias que favoreçam a permanência; l. acompanhar a avaliação, na adequação e no ajuste da metodologia de ensino adotada, assim como conduzir análises e estudos sobre os cursos ministrados, em conjunto com o orientador; m. acompanhar os cursos, atuando em conjunto com os demais profissionais, propiciando ambientes de aprendizagem adequados e mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma e objetivos de cada curso; n. articular as ações de acompanhamento pedagógico, com os demais profissionais, relacionadas ao acesso, à permanência, ao êxito e à inserção socioprofissional; o. prestar serviços de atendimento e apoio acadêmico às pessoas com deficiência; p. cumprir e fazer cumprir as normas legais e regimentais; q. zelar pelos bens patrimoniais e solicitar manutenção ou substituição dos mesmos quando necessário " ...”

E não como constou, permanecendo inalteradas as demais disposições do referido despacho.

**ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**PORTARIA Nº 039/SMADS/2021**

Altera membros da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.

**BERENICE MARIA GIANNELLA**, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º do Decreto nº 47.225, de 25 de abril de 2006, alterado pelo Decreto nº 47.413, de 28 de junho de 2006 e Decreto nº 55.869 de 23 de janeiro de 2015, que instituiu a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, de caráter consultivo, propositivo e de articulação, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria SMADS nº 12/2006, de 19 de setembro de 2006, que constituiu a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e designam seus membros;

CONSIDERANDO o disposto nas Portarias nº 11/SMADS/2014 e 40/SMADS/2018, que atualizam seus membros;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração dos membros da referida Comissão, de acordo com as novas designações feitas pelos órgãos envolvidos;

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar a composição da Comissão Municipal de

Erradicação do Trabalho Infantil, que passa a ser integrada pelos seguintes representantes:

I – Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS

Titular: Maria José Mota de Borba – RF 789609-3

Suplente: Marcos Antônio Muniz de Sousa – RG

24.134.993-X

II – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente – CMDCA

Titular: Liliane Ferreira dos Santos – RF 44.993-787-2

Suplente: Maria de Fátima Colares Alarcon – RG 10.941.745-8

III – Conselhos Tutelares, representados pela Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo

– CPCT

Titular: Fernanda Abreu da Silva – RG 21.947.626-3

Suplente: Egídio Martins Teixeira – RG 22.097.806-2

IV – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC

Titular 1: Isabela Grilo Pessoni – RF 823526-1

Suplente 1: Fernanda Amaral da Silva – RF 877.538-9

Titular 2: Paula Santos de Jesus – RF 858.199.1

Suplente 2: Ana Elizabeth Leon Gonzalez – RF 856.350-1

V – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo – SMDET

Titular: Aline Lis Ramos Pereira – RF 883.12-0

Suplente: Rodrigo Ramos Pinto Medeiros – RF 803.781-7

VI – Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB

Titular: Luciano Santos Araújo – RF 807.992-7

Suplente: Fernando Lima Amaral Marques – RF 882240-9

VII – Secretaria Municipal de Cultura – SMC

Titular: Gustavo Zanollo Zardi – RF 883.294-3

Suplente: Flavia Lopes Fernandes – RF 843.213-9

VIII – Secretaria Municipal de Educação – SME

Titular: Taize Grotto de Oliveira – RF 784.038-1

Suplente: Alex Benjamim de Lima – RF 777.264.5

IX - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

– SEME

Titular: Maria Luiza da Silva – RF 543.950-7

Suplente: Raquel Vitorino Barbosa Brasil – RF 858.442-7

X – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS

Titular: Tomás Magalhães Andreetta – RF 840.168-3

Suplente: Thiago Luiz Bezerra Santos – RF 883.040-1

XI – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

– SVMA

Titular: Maricy Elisabeth Montenegro – RF 625.334.2

Suplente: Nilce Morais Pinto – RF 522.714.3

XII – Secretaria de Governo Municipal – SGM

Titular: Judith Zuquim – RF 857.131-7

Suplente: Eduardo dos Anjos Barboza – RF 817.067-3

XIII – Secretaria Municipal da Segurança Urbana – SMSU

Titular: Andre Ricardo Pinto da Silva – RF 657.634-6

Suplente: Elizeu José Theodoro – RF 625.085-8

XIV – Secretaria Municipal da Saúde – SMS

Titular: Rita de Cássia Bessa dos Santos – RF 604.247-3

Suplente: Cláudia de Oliveira e Silva – RF 741.620-2

XV – Secretaria Executiva de Comunicação – SECOM

Titular: Daniela Despato Zago – RF 839.244-7

Suplente: Lucia Maria de Oliveira Freitas – RF 853.833-6

XVI – Ministério Público do Trabalho – MPT

Titular: Bernardo Leôncio Moura Coelho – RG 3614068 (MG)

Suplente: Claudia Regina Lovato Franco – Nº Matrícula

630-0

XVII – Ministério da Economia – ME

Titular: Sandra Morais Brito – SIAPE 1187121

Suplente: Carolina Vanderlei Castro de Almeida – SIAPE

1802106

XVIII – Defensoria Pública do Estado de São Paulo – DPE-

-SP

Titular: Daniel Palotti Secco – RG 32.384.619-1

Suplente: Ana Carolina Oliveira Golvim Schwan – RG

22.196.194-9

XIX – Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FPPETI

Titular: Roberta Tasselli – RG 34.259.935-5

Suplente: Bruna Ribeiro – RG 34.067.152-X

XX – Fundação ABRINQ

Titular: Djair Costa da Silva – RG 44.979.173-7

Suplente: Bruna dos Santos Latrofe – RG 33.487.208-X

XXI – Fundação Projeto Travessia

Titular: Danielle Pallini Morais – RG 28.036.014-9

Suplente: Luara Assis Brasil Almeida – RG 41.814.428-X

XXII – Associação Cidade Escola Aprendiz

Titular: Roberta Tasselli – RG 34.259.935-5

Suplente: Bruna Ribeiro – RG 34.067.152-X

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**EDITAIS PAG. 35**

**AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO**

GABINETE DO PRESIDENTE

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2021**

**PROCESSO SEI Nº: 8710.2020/0000179-2**

**A Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA (“ADE SAMPA”),** serviço social autônomo, dotado de personalidade jurídica de direito privado, de fins não econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, vinculada, por cooperação, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, conforme disposto na Lei Municipal nº 15.838, de 04 de julho de 2013, torna pública a celebração do Acordo de Cooperação Técnica acima referenciado, na data de 24 de maio de 2021, com a Subprefeitura de Itaquera.

Constitui o objeto do referido Acordo de Cooperação Técnica a conjugação de esforços para a implantação e operação de uma unidade do Programa TEIA (espaços colaborativos de trabalho) na Subprefeitura de Itaquera, localizada na Rua Augusto Carlos Bauman, nº 851, Itaquera, São Paulo/SP, pelo prazo inicial de 60 (sessenta) meses, prorrogáveis mediante formalização de Termo Aditivo.

A íntegra do instrumento pode ser obtida pela consulta do Processo SEI nº 8710.2020/0000179-2 ou ainda mediante solicitação de vista às partes celebrantes do Acordo de Cooperação Técnica.

**LICITAÇÕES PAG. 49**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DA SECRETÁRIA**

**6064.2021/0000731-1**

I – Em vista dos elementos constantes do processo, em especial, a manifestação SMDET/CDE, o parecer técnico e a manifestação jurídica, com fulcro no art. 30, inciso II, e art. 32, § 4º, todos da Lei Federal n. 13.019/2014, no art. 4º, inciso IV, e art. 30, inciso II, ambos do Decreto Municipal n. 57.575/2016 e no art. 1º do Decreto Municipal n. 59.283/2020, **AUTORIZO** a celebração de parceria com a organização da sociedade civil **Fundação Porta Aberta**, inscrita no CNPJ sob nº 19.340.697/0001-78, por meio de termo de fomento, tendo como objeto a execução de projeto no âmbito da ação Costurando Pela Vida II, consistente no estímulo a 206 (duzentos e seis) empreendedoras em vulnerabilidade social, por meio da fabricação de 136.152 (cento e trinta e seis mil e cento e cinquenta e duas) unidades de máscaras faciais de uso não- -profissional, pelo prazo de execução de 3 (três) meses, no valor de repasse de R$ 579.369,84 (quinhentos e setenta e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), somado à contrapartida de R$ 155.294,64 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), totalizando R$ R$ 734.664,48 (setecentos e trinta e quatro mil seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), conforme o Plano de Trabalho (docs. 044692059 e 045292103).

II – AUTORIZO o empenhamento em favor da referida entidade, com consequente emissão da respectiva Nota de Empenho a onerar a dotação orçamentária n. 30.10.11.334.30 19.8.085.3.3.50.39.00.00, respeitado o princípio da anualidade orçamentária. AUTORIZO, ainda, o cancelamento de eventuais saldos de reserva e de empenho.

III – DESIGNO como gestor da parceria a servidora Flávia de Jesus Costa, RF 720030, e, como suplente, a servidora Joselice de Oliveira Santos, RF 786821-9.

IV – APROVO a minuta do termo de fomento de doc. 045290775, devendo constar como seu anexo único o Plano de Trabalho de doc. 044692059 .

V – DETERMINO a publicação do extrato de justificativa, na forma do art. 32, § 1ª, da Lei Federal n. 13.019/2014.

**EXTRATO DE JUSTIFICATIVA**

**6064.2021/0000731-1**

I – No exercício da competência que me foi confiada pela Lei Municipal 13.164, de 5 de julho de 2001, e pelo Decreto Municipal 58.153, de 22 de março de 2018, e em observância ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, APRESENTO a justificativa da dispensa de chamamento público para a formalização da parceria, por meio de termo de fomento, a ser celebrada com a organização da sociedade civil **FUNDAÇÃO PORTA** ABERTA, CNPJ 19.340.697/0001- 78, tendo como objeto a execução de projeto no âmbito da ação Costurando Pela Vida II, consistente no estímulo a 206 (duzentos e seis) empreendedoras em vulnerabilidade social, por meio da fabricação de 136.152 (cento e trinta e seis mil e cento e cinquenta e duas) unidades de máscaras faciais de uso não-profissional, pelo prazo de execução de 3 (três) meses, demandando o repasse desta Pasta de R$ 579.369,84 (quinhentos e setenta e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), com contrapartida financeira da entidade de R$ 155.294,64 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), totalizando R$ 734.664,48 (setecentos e trinta e quatro mil seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), conforme o Plano de Trabalho (docs. 044692059 e 045292103).

II – Na forma do artigo 32, § 2º, da Lei 13.019, admite-se a impugnação à justificativa, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da publicação deste extrato no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a ser apresentada por via eletrônica, por meio de encaminhamento da impugnação em formato, digital devidamente assinada, ao endereço eletrônico cde@prefeitura. sp.gov.br, até às 23h59min do dia final do prazo.